



Palmeira está licenciado e não quer reassumir, mas é o candidato de Sarney para presidir o PFL

# Sarney luta para manter Palmeira

O presidente José Sarney fará um apelo pessoal ao senador Guilherme Palmeira (AL) para que reassuma a presidência do PFL assim que for aprovado o Regimento Interno da Constituinte. A volta de Palmeira está condicionada, porém, a demonstrações inequívocas de que o PFL está apoiado pelo Presidente.

Os dirigentes do PFL estão preocupados em evitar o agravamento do choque com o PMDB, provocado pelo § 7 do art. 57 do Regimento Interno, que permite a alteração da Constituição por maioria absoluta. Vários parlamentares observaram ao líder José Lourenço (BA) a inconveniência de tripudiar sobre o PMDB.

### REAJUSTE

O empenho do Governo no retorno de Palmeira está sendo explicado no PFL pela necessidade de o Presidente da República contar no comando do partido com uma pessoa de sua absoluta confiança. O relacionamento de Sarney com Palmeira foi intensificado quando ambos, juntamente com Marco Maciel, Aureliano Chaves e Jorge Bornhausen, lideraram a revolta no PDS contra a candidatura Paulo Maluf.

Palmeira tem recebido apelos neste sentido desde que em dezembro último resolveu licenciar-se da presidência do PFL por considerar que houve um desprestígio durante a campanha eleitoral. Ele mesmo queixou-se da demissão de vários correligionários pelo ministro da Previdência Social, sem obter qualquer reparação.

Em diversos encontros, os ministros do PFL, especialmente Jorge Bornhaus,

sen. fizeram apelos a Palmeira que sempre se mostrou intransigente. O máximo que obtiveram foi o adiamento da entrega da carta-renúncia, divulgada amplamente na imprensa.

### CONFRONTO

Extra-oficialmente há informações de que o empenho para que Palmeira reassuma visa, também, evitar um confronto entre as alas em que se divide o PFL. Com a renúncia de Palmeira oficializada terá de haver convocação do diretório nacional para eleição do novo presidente do partido, o que provocará uma definição.

Atualmente o PFL divide-se entre os que desejam uma linha de maior independência em relação ao Governo. O primeiro grupo aceita manter o apoio pessoal ao presidente José Sarney, mas quer o rompimento com o PMDB. E integrado por parlamentares que criticam com veemência a política econômica, executada por ministros do PMDB.

São os mais ligados ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que têm atacado a política econômica, responsabilizando os seus executores pela crise que atravessa o País. O candidato natural desse grupo à presidência do PFL seria o deputado Maurício Campos, que a está exercendo e que, na opinião de inúmeros parlamentares, conseguiu vitalizar o partido.

O outro grupo é mais ligado ao ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, que defende uma política de conciliação e de espera. Marco Maciel foi quem aconselhou os líderes do PFL em jantar realizado em sua casa, a terem paciência e trabalharem pela

divisão do PMDB, o que começa a acontecer. Pela sua estratégia não adianta, no momento, romper a Aliança Democrática porque o Governo não pode prescindir do PMDB.

### CALMA

Parlamentares e pessoas ligadas ao ministro Marco Maciel procuraram, nas últimas horas, o líder José Lourenço para aconselhá-lo a não tripudiar sobre o PMDB, que foi impedido de aprovar na semana anterior ao carnaval o § 7 do art. 57. Esta foi uma vitória do PFL, mas sobretudo dos deputados José Lourenço, Saulo Queiroz (MS) e Jaime Santana (MA).

Lourenço foi quem, na última terça-feira, revelou ter o Presidente da República dito ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), que passaria a governar com seus amigos, com os que realmente o apoiam. Lourenço tinha ouvido afirmação idêntica do Presidente da República na quarta-feira anterior ao carnaval, mas o Governo não gostou da revelação da conversa de Sarney com Ulysses.

O líder do PFL não está, porém, muito preocupado com essas reações. Ele acha que o PFL e a garantia do Presidente da República e tem de ser prestigiado. Ainda ontem, conversando com um repórter amigo, observou que "preferia pecar por excesso do que por omissão". Em entrevista, afirmou que ficou no carnaval em Brasília, trabalhando, enquanto os representantes do PMDB estavam fora e disse esperar que "o dr. Ulysses e o senador Humberto Lucena se entendam" sobre o funcionamento da Câmara e do Senado. "Final — comento ironicamente — são do mesmo partido".

## "PFL joga na divisão", diz Jutahy

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) afirmou, ontem, que o PFL tem jogado na divisão do PMDB com o apoio de pessoas de fora do Congresso. "Com a nossa divisão, o PFL tem conseguido o espaço político que perdeu nas últimas eleições e com isto estão prejudicando várias seções regionais do partido", disse.

Segundo Jutahy, as declarações do deputado José Lourenço dando sua versão do encontro de Sarney e Ulysses Guimarães "demonstraram que nós do PMDB não devemos continuar discutindo se a atual Constituição deve ou não ser mudada, ou se nós devemos pensar na futura Constituição". Jutahy acha que o PMDB deve internamente decidir o grau de extensão da soberania da Constituinte.

### DECISÃO

— Não podemos continuar mostrando discordância quanto ao tipo de funcionamento da Câmara e do Senado ou sobre a extensão da soberania da Constituinte. A fase da discussão já passou. Nós temos que decidir. Determinar qual a posição majoritária dentro do partido. Já debatemos demais sobre estas questões e, como partido democrático, devemos acreditar no acerto das decisões tomadas pela maioria — afirmou Jutahy Magalhães.

Ele sustentou que o PMDB precisa demonstrar sua força "através da coesão interna. Temos de mostrar a todos que o PMDB tem mais de 50 por cento das ações ou dos votos da Constituinte e do Congresso, além de deter a responsabilidade executiva em quase todos os estados do Brasil", afirmou o senador baiano.

Jutahy Magalhães advertiu, ainda que o PMDB só poderá encontrar a coesão interna "se, democraticamente, todos nós nos curvamos às decisões partidárias de nossas bancadas nas questões polêmicas".

# A soberania

JOFRAN FREJAT

A ampla divulgação sobre a soberania da Constituinte demonstra que a compreensão do assunto ainda não foi, por muitos, totalmente alcançada. Colocado em termos de dever ou não ser soberana dispensa argumentos: todos a quem livre, capaz de oferecer instrumentos que levem a justiça social ao nosso País.



De minha parte não percebi, até agora, em qualquer Constituinte, a defecção ao direito de legislar e participar da elaboração da nova Carta Magna, de acordo com a sua consciência e convicção. Mas a insistência de alguns sobre a questão da soberania, e a maneira pela qual essa dúvida chega ao público, leva à falsa impressão de que a Assembleia Nacional Constituinte está dividida entre os que lutam pela sua autonomia e querem mudar o Brasil, e aqueles que não querem soberanos nem a Constituinte, nem o País.

Coube a alguns a tarefa de introduzir, no Regimento Interno, o inusitado e inovador projeto de decisão. Esse projeto é uma proposição, em caso de relevância, independente de todas as outras proposições oriundas das Comissões ou dos eleitores ou das entidades associativas. Com o apoio de 1/3 dos constituintes (só o PMDB possui) e obtendo parecer favorável da todopoderosa Comissão de Sistematização (54% será do PMDB), irá a plenário, necessitando de maioria absoluta para ser aprovado (só o PMDB dispõe). Em outras palavras, apenas o PMDB terá, na prática, direito a esse novo instituto.

Mas supunhamos que, num esforço extraordinário, os membros de outros partidos consigam convencer 1/3 dos constituintes a apoiarem determinado projeto de decisão. Ainda assim, caso a Comissão de Sistematização dê parecer contrário, ele será arquivado sem sequer ser submetido a plenário. Na verdade, sob o manto de "soberania", subtraem do plenário o seu caráter soberano; este sim, porquanto responde pelo desejo de todos os eleitores brasileiros. Qual o objetivo? Por que transferir para uma Comissão ou para um partido político, mesmo majoritário, os direitos soberanos que só ao plenário o povo conferiu? Há, seguramente, um outro propósito, diverso do de elaborar uma nova Constituição, que é o de alterar a de 1967, já.

Aliás, esses sintomas se fizeram sentir, já no primeiro dia, quando foi levantada a questão sobre os poderes constituintes dos senadores eleitos em 1982. Em que pese estar implícito, a Mesa aceitou o recurso e submeteu a plenário esse direito. Questionou-se portanto, ab initio, o texto constitucional vigente. Seguiu-se a tese de exclusividade de funcionamento da ANC, colocando em recesso branco a Câmara, o Senado, e, conseqüentemente, o Congresso Nacional. E por que? O que haveria por trás dessa manobra se esses organismos têm funções que não interessa à Constituinte exercer (aprovação de embaixadores, etc.)? Fica evidenciado que, se as Casas que têm a função de emendar a Constituição vigente estiverem desativadas, a ordem natural será atribuir, àquela em funcionamento, essa tarefa.

O impasse criado em torno do Regimento Interno serviu para confirmar o que se configurava no início dos trabalhos. Conquanto o art. 57, § 7, fosse o pomo de discordância, que levou à inusitada concessão de poder-se apresentar novas emendas a um substitutivo, nenhuma emenda, a esse item, foi aproveitada. Por fim, sequer o destaque desse parágrafo se permitiu fosse ao soberano plenário. Se comparado esse procedimento ao daquele levado a efeito com relação aos senadores de 82, observa-se pesos e medidas diferentes, que revelam uma estratégia definida para alterar a Constituição de 1967. Por que não através do plenário, já que a Constituinte tudo pode? A alegação de que um fato relevante poderia colocar em risco a Constituinte carece de densidade. Pode-se criticar o presidente Sarney por vários motivos, menos pelo de não ser um democrata. Nunca se respirou tanta liberdade. Então qual o risco? Partido de quem? Qualquer outra ameaça terá de passar por cima do Presidente. Conseqüentemente, todo o resto da legislação será letra morta.

Vamos e venhamos, o que se pretende é colocar uma espada de Dâmocles sobre a cabeça do Presidente; enfraquecê-lo, deixando-o acuado. E enfraquecê-lo, agora, é enfraquecer a democracia e o Brasil.

Convivemos com a Constituição de 1967, com todas as suas impropriedades, há 20 anos. Dentro de 6 meses teremos uma nova, e a antiga será sepultada sem honras nem saudades. Qual a razão para emendar um estatuto moribundo, oferecendo-lhe novo sopro de vida? Quem tendo uma casa desapropriada, para demolição e abertura de uma avenida, haveria de investir nessa casa, se em 6 meses receberá uma nova?

\* Deputado federal pelo PFL do Distrito Federal

# de A a Z

# os Constituintes

## Jayme Santana



Depois de longa atuação no Executivo do Maranhão, foi eleito, em 82, pelo PDS. Agora está na Frente Liberal

Jayme Santana (PFL-MA) chegou à Câmara dos Deputados, eleito pelo PDS em 1982, depois de uma carreira toda feita no Executivo, em cargos de secretaria, Economista, foi secretário da Fazenda de São Luís e depois ocupou sucessivas pastas no Governo do Estado do Maranhão: Fazenda, Indústria e Comércio, Planejamento, e a chefia da Casa Civil. Orgulha-se de haver sido dos primeiros a dissidir do PDS e partir para o apoio às eleições diretas. Foi dos primeiros, também, a conversar com Tancredo Neves, quando a candidatura do político mineiro era ainda incipiente. Depois, viu seu amigo José Sarney ser eleito vice-presidente do País e assumir a presidência com a morte de Tancredo. Hoje, defende a ruptura formal da Aliança Democrática, ate como forma de o PFL manter seu apoio ao Presidente.

Aliás, na visão deste político de 43 anos, a Aliança já não existe na prática e não tem condi-

ções de subsistir, como bloco monolítico, no quadro que se desenha na Constituinte. Para ele, blocos serão formados e desfeitos ao sabor de posições referente a questões específicas. Um exemplo? "Provavelmente estarei ligado à esquerda quando se discutir a reforma agrária mas isto não acontecerá quando o tema for o sistema econômico do Brasil". Preocupado com um grande espectro de temas, onde se inclui a questão tributária, Santana provavelmente sentará à mesa nas reuniões da Comissão de Sistematização, já que esta é a tarefa que o partido quer que ele assuma. Tem, porém, pessoalmente duas outras preferências. "Como profissional, sou atraído pela comissão que discutirá as questões econômicas. A sensibilidade política leva-me para os problemas sociais. Mas a tendência é de que eu vá mesmo para Comissão de Sistematização, já que é isto que o partido me pede", esclarece.

## Adroaldo Streck

Radialista gaúcho, se elegeu pela primeira vez no ano passado. E não se afastou de suas atividades

Adroaldo Streck (PDT-RS), 51 anos, radialista, elegeu-se pela primeira vez deputado federal com 32.581 votos no lastro da população que obteve com os programas diários que dirige na Rádio Pampa e na TV Pampa. Fundador da empresa jornalística Caldas Júnior, onde trabalhou durante 28 anos, Streck mantém ainda uma coluna política no Jornal do Comércio, de Porto Alegre.

Ele não pretende se afastar de suas atividades profissionais: desde que assumiu o mandato de deputado grava de manhã, por telefone, o programa na Rádio Pampa; ao meio-dia remete por telex a coluna para o jornal e, ao final da tarde, grava seu comentário nos estúdios da TV Manchete.

Embora seja do PDT, Streck é defensor intransigente da iniciativa privada. Ele é a favor da convocação de eleições para a Presidência da Re-

pública. "o mais breve possível", por achar que os desacertos na condução da política econômica deixaram o Governo sem "qualquer credibilidade".

Streck entende que está faltando competência política na condução da negociação da dívida externa brasileira e expressa seus temores quanto ao futuro: "Eu gostaria de ser a favor da moratória, mas temo o que possa acontecer. Esses banqueiros não perdoam. Vamos ter de comprar tudo à vista".

E a favor da reforma agrária, desde que não atinja os latifúndios produtivos, e defende na sua implantação uma participação expressiva do Exército. E contra o aborto, a favor do voto distrital misto e pela soberania completa da Constituinte. Vai lutar principalmente pela melhoria do sistema educacional.

## Vilson de Souza



Estreia na política depois de realizar, em Santa Catarina, campanha de debates sobre a importância da Constituinte

Vilson Luiz de Souza (PMDB-SC), 35 anos, chega à Constituinte depois de uma campanha que marcou sua estreia na vida pública. Catarinense de Luiz Alves, advogado e professor universitário, foi o segundo deputado mais votado do Estado (66.400 votos), contando para isto com a ajuda de sua própria família e com a projeção anterior que alcançou junto à comunidade de Blumenau.

Enquanto os 15 irmãos e irmãs, as cunhadas e cunhados participavam de comícios simultâneos em diversas cidades catarinenses, o candidato dava continuidade aos debates que embasaram todo o seu trabalho eleitoral, tendo a Constituinte como tema principal. Antes disto, em meados de 1985, ele percorreu quase todo o Estado debatendo a Constituinte em escolas, associações de classe, universidades e outras entidades e instituições.

Sua carreira de professor universitário foi interrompida entre 1984 e 85 após ter participado do

processo de redemocratização da Fundação Universidade Regional de Blumenau, exigindo eleição direta para reitor e a gratuidade do ensino. Foi demitido e esta medida provocou a reação de toda a comunidade de Blumenau.

Com mestrado em Ciência Política, o constituinte reserva grande parte de seu tempo aos estudos dos mais variados temas. Passou o carnaval em Brasília, lendo, diz que prefere obras de não-ficção à ficção. Atualmente, a elaboração da nova Carta e tudo que se relacione ao processo de trabalho da Assembleia Constituinte têm recebido sua dedicação integral.

A avaliação de Vilson de Souza sobre este primeiro mês de trabalho da Assembleia Constituinte é que se desenvolve "um processo altamente burocrático que tem por função impedir a atuação mais eficiente e autêntica dos constituintes na elaboração de uma Constituição realmente nova".